



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009922-77.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor**
 Requerente: **Lucas Miguel França e outro**
 Requerido: **CNOVA COMERCIO ELETRONICOS S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que os autores alegaram ter comprado junto à ré um computador portátil, realizando o pagamento via cartão de crédito.

Alegaram ainda que o produto não foi entregue porque não havia em estoque, sendo informados que a compra seria estornada.

Isso, contudo, não aconteceu, sem embargo das inúmeras tentativas que levaram a cabo para a solução da pendência.

A preliminar de ilegitimidade passiva ad causam arguida pela ré em contestação não merece acolhimento.

Com efeito, a relação jurídica trazida à colação estabeleceu-se entre os autores, de um lado, e a ré, de outro.

A maneira pela qual se disponibilizou o pagamento aos autores, por intermédio de cartão de crédito, interessou à ré, mas não descaracteriza a constituição do vínculo firmado exclusivamente entre as partes.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

A ré poderá quando muito voltar-se no futuro regressivamente contra quem reputar de direito para postular o ressarcimento do que porventura despendeu em decorrência do presente feito, o que não afasta sua legitimidade para figurar no polo passivo da relação processual.

Rejeito a preliminar suscitada, pois.

No mérito, os fatos trazidos à colação não despertam divergências.

Nesse sentido, é certa a realização de compra pelos autores (fls. 13/19) que não se implementou porque a ré não tinha mais em estoque o objeto em apreço (fls. 22/24).

Sem embargo, os pagamentos relativos à transação começaram a suceder com os débitos no cartão de crédito da autora (fls. 37/41), a despeito das reclamações feitas sobre o assunto (fls. 42/44), inclusive junto ao PROCON (fls. 31/32).

Tal expediente somente cessou por força da decisão de fls. 45/46, conforme noticiado a fl. 115.

Diante desse cenário, a restituição pleiteada pelos autores não se justifica, já se tendo operado o estorno do que foi indevidamente debitado no cartão de crédito da autora.

Resta então saber se eles fazem jus ao ressarcimento dos danos morais que teriam suportado, o que entendo que sim.

Na realidade, a simples dinâmica fática do episódio denota o enorme desgaste que os autores sofreram em face da desídia da ré.

Num primeiro momento, adquiriram mercadoria que não foi entregue porque não mais havia em estoque.

Em seguida, iniciaram verdadeira maratona para a solução do problema advindo dos pagamentos por compra já cancelada, seja junto à ré, seja junto a outros órgãos, sempre sem êxito.

O argumento de que a ré teria solicitado o estorno à operadora do cartão não foi respaldado por nenhum dado de convicção, apurando-se que houve necessidade de ajuizamento da ação para que a questão se resolvesse.

Diante desse contexto, é inegável a exposição dos autores a aborrecimento de vulto que ultrapassou em larga medida os meros dissabores inerentes à vida cotidiana, não tendo a ré dispensado a eles o tratamento que lhe seria exigível.

É o que basta para a configuração do dano moral passível de reparação.

Quanto ao valor da indenização, está em conformidade com os critérios empregados em situações afins (condição econômica das partes e grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como a necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar aos autores a quantia de R\$ 5.000,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso o réu não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 23 de dezembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**